

Prova escrita objetiva – Nível Superior

Fiscal do Meio Ambiente

TIPO 2 – VERDE

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de provas contendo **60** questões objetivas, cada qual com **5 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridos **cento e vinte minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **02/12/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pmf.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **03/12/2014** até as 23h59 do dia **04/12/2014**, observado o horário oficial da cidade de Florianópolis/SC, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pmf, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – DIREITO AFETIVO

João Paulo Lins e Silva, *O Globo*, 09/10/2014

Acompanhamos recentemente notícias na imprensa sobre registros de nascimento de menores com a inclusão de duas mães e um pai. Três atos distintos ocorreram; um em Minas Gerais e dois no Rio Grande do Sul. Por maior semelhança, carregam os registros características peculiares, mas que trazem e antecipam uma forte tendência, com a visão da família multiparental, ou seja, a capacidade de uma pessoa possuir, simultaneamente, mais de um pai ou de uma mãe em seu registro de nascimento. O que poderia soar absurdo ou, no mínimo, estranho antigamente, a evolução do formato da família brasileira força a necessidade de uma adequação de nossa legislação notarial.

1

Segundo o texto 1, a motivação de ele ter sido escrito está em:

- (A) aumentar diariamente o número de famílias multiparentais;
- (B) ter sido permitido o registro de crianças com duplicidade de pais ou mães;
- (C) pregar a necessidade de adequação da legislação notarial;
- (D) protestar contra mudanças que vão contra a tradição legal;
- (E) detectar mudanças na estruturação familiar brasileira.

2

“Por maior semelhança, carregam os registros características peculiares, mas que trazem e antecipam uma forte tendência...”

A conjunção *mas* mostra uma oposição entre dois termos, que pode ser expressa do seguinte modo:

- (A) apesar de trazerem e anteciparem uma forte tendência, os registros foram normalmente realizados;
- (B) embora tragam agora características peculiares, tais registros antecipam uma tendência forte;
- (C) mesmo que os registros destacados sejam distintos dos demais, eles apresentam e trazem características peculiares;
- (D) ainda que sejam bastante semelhantes entre si, tais registros trazem características peculiares;
- (E) malgrado a maior semelhança, características peculiares carregam os registros.

3

A frase abaixo em que o sujeito do verbo sublinhado aparece posposto é:

- (A) “acompanhamos recentemente notícias na imprensa”;
- (B) “três atos distintos ocorreram”;
- (C) “por maior semelhança, carregam os registros características peculiares”;
- (D) “mas que trazem e antecipam uma forte tendência”;
- (E) “a evolução do formato da família brasileira força a necessidade de uma adequação”.

4

“O que poderia soar absurdo ou, no mínimo, estranho antigamente, a evolução do formato da família brasileira força a necessidade de uma adequação de nossa legislação notarial”.

Uma melhor redação para esse período do texto 1 é:

- (A) o que poderia soar antigamente, no mínimo, estranho ou absurdo, a evolução do formato da família brasileira força a necessidade de uma adequação de nossa legislação notarial;
- (B) a evolução do formato da família brasileira força a necessidade de uma adequação de nossa legislação notarial, ainda que muita coisa possa soar antigamente, no mínimo, estranha ou absurda;
- (C) para que muita coisa possa soar, antigamente, no mínimo, como estranha ou absurda, a evolução do formato da família brasileira força a necessidade de uma adequação de nossa legislação notarial;
- (D) a evolução do formato da família brasileira força a necessidade de uma adequação de nossa legislação notarial, porque, antigamente, algo poderia soar, no mínimo, como estranho ou absurdo;
- (E) assim como a evolução do formato da família brasileira força a necessidade de uma adequação de nossa legislação notarial, assim também, antigamente, muita coisa pode soar, no mínimo, como estranha ou absurda.

5

“...a visão da família multiparental, ou seja, a capacidade de uma pessoa possuir, simultaneamente, mais de um pai ou de uma mãe em seu registro de nascimento”.

A presença da expressão “ou seja” nesse segmento do texto 1 mostra uma marca do texto jornalístico, que é:

- (A) a precisão da informação;
- (B) a necessidade de clareza;
- (C) a utilização da norma culta;
- (D) a tendência à abreviação;
- (E) a apresentação de sugestões.

6

“Três atos distintos ocorreram; um em Minas Gerais e dois no Rio Grande do Sul.”

Essa frase do texto 1 significa que:

- (A) as três ocorrências eram diferentes;
- (B) o caso de Minas era diferente de dois casos iguais do Rio Grande do Sul;
- (C) os dois casos do Rio Grande do Sul eram distintos entre si e apenas um deles era igual ao de Minas;
- (D) os três casos ocorreram em locais distintos;
- (E) os três casos apontados eram diferentes de outros casos noticiados pela imprensa.

TEXTO 2 - O perfil da família brasileira mudou. Em maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a união estável entre pessoas do mesmo sexo, possibilitando que casais homossexuais - agora reconhecidos como entidade familiar - passem a ter direitos. Segundo o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 190 milhões de brasileiros, 60.002 (0,03%) são pessoas do mesmo sexo que vivem juntas - um contingente sem dúvida muito pequeno. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 2009, revela que, dos 62 milhões de arranjos familiares brasileiros, os principais grupos são: o modelo clássico de família com casal heterossexual e filhos, com 47% do total; famílias lideradas por um só cônjuge (as mães, em 88% dos casos), com 19%; e casais sem filhos, com 17%. As mutações da família indicam que, independentemente dos modelos, toda forma de amar vale a pena (*Planeta*, setembro de 2011).

7

A primeira frase do texto 2 – O perfil da família brasileira mudou – é seguida, no desenvolvimento textual, de:

- (A) dados que comprovam a afirmação inicial;
- (B) informações que contestam a afirmação feita;
- (C) elementos que mostram discriminação;
- (D) argumentos que defendem uniões estáveis;
- (E) frases que exemplificam mudanças.

8

“As mutações da família indicam que, independentemente dos modelos, toda forma de amar vale a pena”.

Esse segmento final do texto 2 mostra:

- (A) uma conclusão derivada das premissas;
- (B) uma explicação dos dados fornecidos;
- (C) uma opinião pessoal do enunciador do texto;
- (D) um posicionamento do autor da pesquisa;
- (E) um parecer dos atuais arranjos familiares.

9

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, citado no corpo do texto 2:

- (A) uma pequena maioria de arranjos familiares pertence a pessoas do mesmo sexo que vivem juntas;
- (B) a maioria absoluta dos novos arranjos familiares é liderada por um só cônjuge, predominantemente a mãe;
- (C) a forma tradicional de arranjo familiar, constituído por homem e mulher, com filhos, deixou de ser a maioria;
- (D) os arranjos de casais sem filhos são a imensa minoria;
- (E) os novos arranjos familiares mostram presença ainda pouco significativa.

10

“Em maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a união estável entre pessoas do mesmo sexo”; esse segmento do texto 2 sofreu modificações de sentido na seguinte forma de reescrita:

- (A) o STF aprovou, em maio, a união estável entre pessoas do mesmo sexo;
- (B) a união estável entre pessoas do mesmo sexo, em maio, foi aprovada pelo STF;
- (C) foi aprovada, em maio, a união estável entre pessoas do mesmo sexo, pelo STF;
- (D) em maio, a união estável entre pessoas do mesmo sexo foi aprovada pelo STF;
- (E) o STF, em maio, aprovou a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

TEXTO 3 – A FAMÍLIA MUDOU

Teresinha Saraiva

Nasci e vivi minha infância numa família constituída por três gerações, vivendo sob o mesmo teto, harmoniosa e amorosamente: meus avós, meus pais, meus tios casados, minhas tias solteiras e nós, os oito netos. Éramos 20 pessoas. Os homens trabalhavam e as mulheres dedicavam-se à gerência da casa e à educação das crianças. Na minha família só havia, inicialmente, uma mulher que trabalhava fora, minha mãe, que era professora. Muitos anos depois, três de minhas tias solteiras foram trabalhar fora.

Lembro-me até hoje, embora muitas décadas tenham se passado, da enorme sala de jantar, com uma grande mesa retangular onde se sentavam 12 adultos, para as refeições e para as prolongadas conversas, e uma mesa oval, onde se sentavam as oito crianças e adolescentes – os netos.

Vivi uma infância tranquila numa família nuclear unida.

Minha adolescência e juventude já foi passada numa família constituída por meus pais, ambos trabalhando e contribuindo para o sustento da família, meu irmão e eu.

Todos os domingos nos reuníamos à família inicial, na enorme casa da Rua do Bispo, hoje integrando o espaço físico ocupado pela Universidade Estácio de Sá, em inesquecíveis almoços e ceias.

A família brasileira mudou.

11

Em relação aos textos 1 e 2, o texto 3 funciona como:

- (A) uma comprovação científica das mudanças anunciadas;
- (B) uma generalização dos novos arranjos familiares;
- (C) uma exemplificação de arranjos homoafetivos;
- (D) a citação de um caso individual;
- (E) a universalização de um tipo de mudança familiar.

12

A autora do texto 3 fala de três gerações em vida harmoniosa; essas três gerações são exemplificadas no texto por:

- (A) meus avós / meus pais / meus tios casados;
- (B) meus avós / meus pais / minhas tias solteiras;
- (C) meus pais / meus tios casados / minhas tias solteiras;
- (D) meus pais / meus tios casados / os oito netos;
- (E) meus avós / meus tios casados / os oito netos.

13

“Nasci e vivi minha infância numa família constituída por três gerações, vivendo sob o mesmo teto,...”.

A frase em que a palavra “mesmo” tem o mesmo valor semântico que apresenta nesse segmento do texto 3 é:

- (A) Meus avós e meus pais trabalhavam mesmo!
- (B) Meu irmão e eu estávamos com o mesmo sapato.
- (C) Meus tios trabalhavam no mesmo escritório.
- (D) Todos comíamos o mesmo pão.
- (E) Mesmo com o trabalho, todos éramos felizes.

14

A frase “Éramos 20 pessoas” realiza o mesmo tipo de concordância verbal que:

- (A) eram 3h da tarde;
- (B) todos nós éramos da mesma família;
- (C) os netos estávamos sempre atrasados;
- (D) as refeições eram sempre ao meio-dia;
- (E) as refeições nos mantinham unidos.

15

A forma verbal “lembro-me”, se colocada no plural correspondente, deveria assumir a seguinte forma:

- (A) lembremos-nos;
- (B) lembramos-nos;
- (C) lembro-nos;
- (D) lembramo-nos;
- (E) lembremo-nos.

16

“Os homens trabalhavam e as mulheres dedicavam-se à gerência da casa e à educação das crianças”.

As formas verbais sublinhadas indicam ação:

- (A) repetida e duradoura;
- (B) iniciada e terminada no passado;
- (C) ocorrida antes de outra ação passada;
- (D) iniciada no passado e mantida no presente;
- (E) iniciada no presente e continuada no futuro.

17

“Nasci e vivi minha infância numa família constituída por três gerações, vivendo sob o mesmo teto, harmoniosa e amorosamente”.

Sobre os componentes estruturais desse segmento do texto 3, a única afirmação correta é:

- (A) o enunciador do texto é identificado como pessoa de pouca idade;
- (B) a forma reduzida de gerúndio “vivendo” equivale à forma desenvolvida “enquanto viviam”;
- (C) enquanto “harmoniosa” se refere a “infância”, o advérbio “amorosamente” se refere à forma verbal “vivendo”;
- (D) as formas verbais “nasci”, “vivi” e “vivendo” se referem ao mesmo sujeito;
- (E) enquanto “minha infância” se refere a tempo, “sob o mesmo teto” se refere a lugar.

18

“Na minha família só havia, inicialmente, uma mulher que trabalhava fora, minha mãe, que era professora. Muitos anos depois, três de minhas tias solteiras foram trabalhar fora”.

A regra para o emprego de vírgula devidamente exemplificada é:

- (A) oração adverbial antecipada: “na minha família só havia,...”;
- (B) termo explicativo: “, inicialmente,”;
- (C) presença de um aposto: “, minha mãe,”;
- (D) oração adjetiva restritiva: “, que era professora”;
- (E) termos de uma enumeração: “Muitos anos depois,...”.

19

No texto 3 há a presença de muitos adjetivos; a opção em que os adjetivos mostram valor diferente dos demais, por ambos serem classificados como adjetivos de relação, é:

- (A) tios casados / tias solteiras;
- (B) enorme sala / grande mesa;
- (C) mesa retangular / enorme casa;
- (D) família brasileira / prolongadas conversas;
- (E) família nuclear / inesquecíveis almoços.

20

“Minha adolescência e juventude já foi passada numa família constituída por meus pais, ambos trabalhando e contribuindo para o sustento da família, meu irmão e eu”.

A afirmativa adequada sobre esse segmento do texto 3 é:

- (A) os termos “minha adolescência e juventude” se referem a uma mudança de tempo e lugar;
- (B) o termo “já” se refere a um tempo totalmente passado;
- (C) o termo “meu irmão e eu” indica membros da família que já contribuíam economicamente;
- (D) as ações verbais “trabalhando” e “contribuindo” representam ações simultâneas, praticadas pelo mesmo sujeito;
- (E) o termo “meu irmão e eu” representa uma redução drástica do tamanho da família, já que formada por duas pessoas.

Noções de Informática

21

Google, o mais popular site de buscas na Internet, permite o uso de alguns operadores especiais para melhor direcionar o processo de busca. Uma opção de operador NÃO considerada pelo Google é:

- (A) um traço (-) usado antes de uma palavra para excluir todos os resultados que incluem essa palavra;
- (B) inglês: usado antes de uma palavra para incluir resultados que contenham a tradução dessa palavra para o idioma;
- (C) aspas duplas para palavra ou frase exata;
- (D) site: usado para limitar a busca a determinados sites ou domínios;
- (E) OU usado para limitar a busca a resultados que contenham apenas uma de duas ou mais palavras.

22

Com relação aos recursos de Formatação Condicional (FC) e Validação de Dados (VD) do MS Excel 2010, é correto afirmar que:

- (A) os dois são equivalentes, pois as funções oferecidas por cada um deles pode ser obtida por meio do outro;
- (B) a VD atua principalmente na entrada de dados, enquanto a FC atua sobre dados já presentes na planilha;
- (C) a FC serve apenas para mudar as cores das células de acordo com a faixa de seus valores, enquanto a VD aplica-se aos procedimentos de importação de dados;
- (D) a FC aplica-se apenas a dados numéricos, enquanto a VD serve para validar valores consultando listas;
- (E) a FC aplica-se a cada célula isoladamente, enquanto a VD pode ser aplicada a colunas inteiras.

23

Numa conexão de rede com velocidade nominal de 12Mbps, operando a plena capacidade, você transmite, a cada minuto, o equivalente a um trecho corrido em português com aproximadamente:

- (A) 1,5 milhão de caracteres;
- (B) 4,5 milhões de caracteres;
- (C) 9 milhões de caracteres;
- (D) 45 milhões de caracteres;
- (E) 90 milhões de caracteres.

24

Quando o navegador Chrome é utilizado, é possível iniciar uma sessão. Ao fazer isso, o navegador passa a:

- (A) garantir que todos os acessos a sites sejam feitos em segurança, com dados criptografados;
- (B) dispor de um backup de todos os arquivos que você baixou por meio do Chrome;
- (C) construir um histórico de todas as suas buscas e do seu interesse pelos resultados, estabelecendo um perfil de busca que enriquece as buscas subsequentes;
- (D) bloquear qualquer tipo de propaganda não solicitada durante a sessão de uso;
- (E) ter acesso às suas configurações pessoais, como histórico e preferências, em qualquer computador onde a sessão é iniciada.

25

Suponha que ao copiar dados de uma planilha "X" do MS Excel e colá-los em um documento "Y" do MS Word, o usuário escolha a opção 'vincular e manter formatação original'. Sobre eventuais alterações nesses documentos, é correto afirmar que:

- (A) alterações efetuadas em "X" refletem-se automaticamente no conteúdo de "Y" somente até que ocorra a primeira gravação feita em "Y";
- (B) alterações efetuadas em "Y" são refletidas automaticamente em "X" sempre que este for ou estiver aberto;
- (C) se "X" for removido ou movido para outra pasta, quando "Y" for aberto os dados copiados são removidos de "Y";
- (D) alterações em "X" são refletidas automaticamente em "Y" quando este for ou estiver aberto;
- (E) depois que "X" for fechado pela primeira vez após a cópia, nenhuma das alterações em "X" reflete-se em "Y".

Legislação Institucional

26

Marcelo, servidor público municipal de Florianópolis, ocupante de cargo efetivo, foi demitido, após processo administrativo disciplinar. Insatisfeito com a decisão administrativa, Marcelo ajuizou a ação cabível e obteve sentença judicial que, declarando a invalidade de sua demissão, determinou seu retorno ao serviço público municipal. Trata-se da seguinte forma de provimento de cargo público:

- (A) nomeação;
- (B) readaptação;
- (C) aproveitamento;
- (D) reintegração;
- (E) recondução.

27

Em relação às licenças previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis, é correto afirmar que:

- (A) o prazo máximo da licença para tratamento de saúde do servidor público será de até 01 (um) ano, após o que o servidor se submeterá à Junta Médica Oficial, a qual irá pronunciar-se sobre a natureza de seu estado de saúde e concluir quanto a ser a invalidez permanente ou provisória;
- (B) a licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida ao servidor, cujo parente até o segundo grau esteja acometido de doença incurável, com prazo máximo de 01 (um) ano;
- (C) será concedida licença à servidora gestante, por 90 (noventa) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, além de 30 (trinta) dias caso esteja amamentando;
- (D) a licença para trato de interesses particulares será concedida, a critério da Administração Pública Municipal, ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo pelo prazo improrrogável de até 01 (um) ano;
- (E) pelo nascimento de filho, o pai, servidor público, terá direito à licença paternidade de 15 (quinze) dias consecutivos, cabendo-lhe providenciar o registro civil neste período.

28

Em tema de direitos e garantias fundamentais, o Art. 5º da Constituição da República estabelece que é:

- (A) livre a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato;
- (B) assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, que substitui o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem;
- (C) assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- (D) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, ressalvados os casos de censura ou licença;
- (E) direito de todos receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, sendo vedada a alegação de sigilo por imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado.

29

De acordo com a Lei Orgânica de Florianópolis, compete privativamente à Câmara Municipal:

- (A) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- (B) criar Comissão Parlamentar de Inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de 1/3 de seus membros;
- (C) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- (D) nomear e exonerar os Secretários Municipais e os dirigentes da administração indireta;
- (E) abrir crédito extraordinário para despesas imprevisíveis e urgentes, por necessidade decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

30

Moacir é servidor público municipal ocupante de cargo efetivo e foi eleito Vereador. De acordo com a disciplina constitucional da matéria, Moacir:

- (A) poderá acumular seu cargo efetivo com o mandato eletivo, caso haja compatibilidade de horários, percebendo as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- (B) poderá acumular seu cargo efetivo com o mandato eletivo, caso haja compatibilidade de horários, escolhendo apenas uma remuneração;
- (C) não poderá acumular seu cargo efetivo com o mandato eletivo, mesmo que haja compatibilidade de horários, recebendo necessariamente a remuneração pelo exercício do mandato eletivo;
- (D) será necessariamente afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do mandato eletivo ou cargo efetivo;
- (E) será necessariamente afastado do cargo efetivo, recebendo dupla remuneração: pelo mandato eletivo e pelo cargo efetivo.

Conhecimentos específicos

31

O estudo da dispersão de poluentes do ar é importante para se planejar o controle de emissões. Em condições atmosféricas superadiabáticas espera-se que a dispersão através de chaminés seja:

- (A) cônica;
- (B) tubular;
- (C) turbulenta;
- (D) neutra;
- (E) laminar.

32

Em função da natureza, características e peculiaridades de determinadas atividades ou empreendimentos, o CONAMA definiu licenças ambientais específicas, observando, inclusive, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação. Agroindústrias de pequeno porte e baixo impacto ambiental, por exemplo, estão neste caso. A licença ambiental que autoriza a localização e a instalação de abatedouros e estabelecimentos que processem pescados é a Licença:

- (A) Prévia e de Produção;
- (B) Única de Instalação e Operação;
- (C) Única;
- (D) Única de Instalação e Produção;
- (E) Prévia e de Instalação.

33

O assoreamento de reservatórios e barragens pode ser mitigado através de medidas, como:

- (A) uso de macrófitas aquáticas;
- (B) diminuição da vazão de entrada;
- (C) controle da erosão do solo;
- (D) aumento de nutrientes na água;
- (E) controle da salinidade e do pH.

34

A Constituição da República de 1988 assegura que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Em seguida, o texto constitucional dispõe que, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- (A) promover diretamente à elaboração e execução de planos de recuperação de áreas degradadas, ainda quando o dano ambiental tenha sido praticado por particulares, os quais deverão suportar a devida ação de regresso;
- (B) proibir a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- (C) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- (D) cobrar de toda pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade empresarial relatório anual de impacto ambiental, independentemente do potencial poluidor da atividade;
- (E) estabelecer condicionantes ambientais, bem como medidas mitigatórias, compensatórias e reparatórias a toda pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade empresarial, independentemente do potencial poluidor da atividade.

35

O novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), em tema de regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente, dispõe que:

- (A) em caso de supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, será aplicada ao responsável multa administrativa, que supre a obrigação de promover a revegetação;
- (B) é vedado o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental;
- (C) é permitida a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, quando se tratar de execução de obras habitacionais inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas, consolidadas ou não, ocupadas por população de alta ou baixa renda;
- (D) é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas;
- (E) é vedada, em qualquer hipótese, a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente.

36

O município de Florianópolis apresenta uma diversidade significativa de ecossistemas aquáticos, como rios, lagunas, manguezais e pântanos, que devem ser monitorados, de forma que os processos de degradação possam ser evitados ou revertidos. A mortandade de peixes em ambientes lênticos, por exemplo, demanda respostas urgentes do órgão ambiental responsável. Entre as análises a serem feitas para identificar a causa e a origem desse problema, destaca-se a:

- (A) concentração média de coliformes;
- (B) demanda bioquímica de oxigênio;
- (C) concentração média de fluoretos;
- (D) percentagem de sedimentos em suspensão;
- (E) temperatura na zona limnética.

37

O principal impacto do refinamento do álcool para a geração de energia é:

- (A) a poluição atmosférica por aldeídos;
- (B) a geração de efluentes como o vinhoto;
- (C) a atração de polinizadores devido ao açúcar;
- (D) os acidentes com transporte de bagaços;
- (E) o uso de cal para estabilização do álcool.

38

Padrões Primários de Qualidade do Ar são:

- (A) os padrões tomados como referência para a dosagem de poluentes em laboratório;
- (B) as concentrações de gases poluentes em situações de clima ameno e sem ventos;
- (C) os padrões obtidos em áreas livres de poluição, como florestas e montanhas;
- (D) as concentrações de poluentes que, se ultrapassadas, afetam a saúde da população;
- (E) os teores de gases poluentes presentes nas condições Normais de Temperatura e Pressão.

39

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, de acordo com o Código Civil:

- (A) os menores de 18 (dezoito) anos;
- (B) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- (C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
- (D) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- (E) os pródigos.

40

Em fiscalização de rotina, o órgão ambiental competente verificou que ocorreu um vazamento de óleo diesel no Posto de Combustível Campeão 2000 Ltda, por rompimento do tanque de armazenamento, fato que causou contaminação do solo e de águas subterrâneas. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil ambiental:

- (A) objetiva, sem necessidade de se demonstrar o dolo ou a culpa do empresário, bem como o princípio do poluidor-pagador;
- (B) objetiva, com necessidade de comprovar o dolo ou a culpa do empresário, bem como o princípio da precaução;
- (C) subjetiva, com necessidade de comprovar o dolo ou a culpa do empresário, bem como o princípio da prevenção;
- (D) subjetiva, sem necessidade de se demonstrar o dolo ou a culpa do empresário, bem como o princípio da reparação;
- (E) subjetiva, bastando a comprovação da conduta, com análise do elemento subjetivo, nexa causal e dano, bem como o princípio da reparação.

41

Francisco realizou obra clandestina, na medida em que construiu em seu terreno, em área de preservação permanente, um parque aquático, sem qualquer autorização ou licença do poder público. Por ter recebido reclamação do vizinho, o Município realizou vistoria no imóvel de Francisco e, após regular processo administrativo, determinou a demolição da construção irregular e recuperação da área degradada. O Município agiu:

- (A) corretamente, no exercício legítimo de seu poder regulamentar;
- (B) corretamente, no regular exercício de seu poder disciplinar;
- (C) corretamente, no regular exercício de seu poder de polícia;
- (D) erradamente, com flagrante abuso de poder, porque somente o Poder Judiciário poderia decidir sobre a legalidade da construção;
- (E) erradamente, com flagrante abuso de poder, por ofensa ao direito constitucional da propriedade, que só pode ser afastado com o trânsito em julgado de ação judicial.

42

Em relação aos tipos de licenças ambientais, a Resolução CONAMA nº 237 define a licença concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, como licença:

- (A) de instalação;
- (B) de localização;
- (C) de operação;
- (D) prévia;
- (E) básica.

43

Com relação à Lei Complementar nº 140/2011, que regulamenta as ações de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com respeito à proteção do meio ambiente, analise as afirmativas a seguir:

I - Atuação subsidiária é a ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas nesta Lei Complementar.

II - São ações administrativas dos Estados promoverem o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos no mar territorial ou na plataforma continental.

III - Qualquer pessoa legalmente identificada, ao constatar infração ambiental decorrente de empreendimento ou atividade utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, pode dirigir representação ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, para efeito do exercício de seu poder de polícia.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

44

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 140/2011, observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas na lei, compete aos Municípios promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

- (A) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- (B) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;
- (C) destinados a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- (D) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, Estados e Municípios, localizadas nos limites territoriais do seu respectivo Município, incluindo as Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- (E) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

45

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD foi concebido para a recomposição de áreas degradadas pela atividade de exploração de recursos minerais. No entanto, tem sido utilizado para os diversos tipos de empreendimentos, e, geralmente, é previsto no escopo dos Estudos Ambientais.

Segundo esse instrumento, a Recuperação deverá ter por objetivo o retorno do sítio degradado:

- (A) a uma cobertura vegetal com porte arbóreo, desde que apresente resiliência e que possa resistir a futuros processos de degradação;
- (B) à sua forma original, incluindo sua composição florística, de acordo com estudos feitos na região de entorno;
- (C) a uma forma de utilização, de acordo com o plano preestabelecido para o uso ou capacidade produtiva dos recursos ambientais;
- (D) a uma cobertura de espécies nativas da região e que possam evoluir para uma cobertura arbórea;
- (E) a uma vegetação composta predominantemente de espécies-chave, visando o funcionamento adequado do sítio.

46

Entre os equipamentos utilizados para o controle de poluentes particulados do ar, temos:

- (A) os vertedores cônicos e as câmaras de reconversão;
- (B) as câmaras de aeração e as grelhas de sedimentação;
- (C) os redutores de dureza e os flocculadores de ressonância;
- (D) os precipitadores eletrostáticos e as câmaras de sedimentação;
- (E) os flocculadores de vácuo e os tanques de multisedimentação.

47

O Plano Diretor de Florianópolis (LC nº 482/2014) prevê o estudo prévio dos impactos relativos a aspectos urbanísticos como requisito para obtenção do licenciamento de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades, públicos ou privados, potencialmente causadores de impactos. Trata-se de:

- (A) EIA - estudo de impacto ambiental;
- (B) RIMA - relatório de impacto ambiental;
- (C) EIV - estudo de impacto de vizinhança;
- (D) TR - termo de referência;
- (E) EPE - estudo de projetos especiais.

48

Uma técnica que pode ser utilizada no controle da poluição do ar gerada por fontes móveis, como automóveis, é o uso de conversor catalítico, que:

- (A) melhora a regulagem do motor, diminuindo a emissão de chumbo, ozônio e monóxido de carbono;
- (B) oxida o monóxido de carbono e hidrocarbonetos para dióxido de carbono e água;
- (C) controla a evaporação de hidrocarbonetos no tanque de combustível;
- (D) melhora a proporção ar/combustível, reduzindo o monóxido de carbono e hidrocarbonetos;
- (E) catalisa a reação entre o ozônio e óxido nitroso, eliminando o ozônio e retendo o chumbo.

49

A Lei nº 12.305/2010 estabelece uma classificação dos resíduos quanto à periculosidade em:

- (A) perigosos e não perigosos;
- (B) perigosos, inertes e não perigosos;
- (C) muito perigosos, perigosos e não perigosos;
- (D) muito perigosos, perigosos, neutros e não perigosos;
- (E) extremamente perigosos, muito perigosos, perigosos e não perigosos.

50

Para os efeitos da Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- (A) esgotamento doméstico; esgotamento sanitário; esgotamento industrial; iluminação pública; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- (B) manilhamento do esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; iluminação pública; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;
- (C) manejo de resíduos sólidos; esgotamento sanitário; drenagem de águas pluviais; pavimentação de vias públicas;
- (D) abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;
- (E) abastecimento de água potável; iluminação pública; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos.

51

A Lei Federal nº 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece que:

- (A) a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é condição para os Municípios terem acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos;
- (B) os Municípios deverão fomentar, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, a atividade de catação de resíduos, inclusive facilitando a formação de cooperativas de materiais recicláveis;
- (C) é vedado aos Municípios optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, devendo cada Município gerir diretamente os resíduos sólidos gerados em seu território;
- (D) é proibido, como forma de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, seu lançamento *in natura* a céu aberto, mas é permitido seu lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- (E) a existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos exige o Município do licenciamento ambiental de seus próprios aterros sanitários.

52

O princípio da administração pública que autoriza o Administrador a rever seus atos, declarando a nulidade daqueles eivados de ilegalidade e revogando seus atos por motivo de conveniência e oportunidade, respeitado o interesse público, é o princípio da:

- (A) revisão;
- (B) proporcionalidade;
- (C) autotutela;
- (D) razoabilidade;
- (E) moralidade.

53

Com relação à Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, analise as afirmativas a seguir.

- I - Os serviços públicos de saneamento básico doméstico são cobrados de acordo com a faixa do valor atualizado do IPTU.
- II - Ouvido previamente o regulador e desde que inserido nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico.
- III - Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com o objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

54

A Organização Mundial da Saúde sugere três tipos de ações para programas de acompanhamento da qualidade das águas: o Monitoramento, a Vigilância e o Estudo Especial. O Monitoramento consiste em:

- (A) um processo de levantamento sistemático de dados, em locais previamente escolhidos, estabelecendo-se uma frequência de registros;
- (B) um tipo de prognose, em que o levantamento das condições ambientais deverá permitir previsões para empreendimentos futuros;
- (C) um processo de diagnose ambiental, em que são confrontados o potencial de uso, as suas restrições ecológicas e suas restrições culturais;
- (D) uma avaliação intermitente da qualidade da água, podendo ser utilizados instrumentos de medição automática;
- (E) um levantamento de situação momentânea, para atender a uma necessidade específica, destinando-se à rápida tomada de decisão.

55

Consoante dispõe o Código de Obras e Edificações de Florianópolis (LC nº 60/2000), todas as obras de construção, reconstrução, ampliação, reforma, transladação e demolição de qualquer edificação, ou alteração de uso, e ainda as obras de movimento de terra, como cortes, escavações e aterros, deverão ser precedidas dos seguintes atos administrativos:

- (A) licenciamento ambiental e alvará de autorização;
- (B) aprovação de projeto e licenciamento da obra;
- (C) autorização de obra e licenciamento ambiental;
- (D) alvará urbanístico e licenciamento ambiental;
- (E) licenciamento ambiental e aprovação urbanística.

56

A aquisição de dados é um processo fundamental para a construção de um Sistema de Informações Geográficas. A qualidade e controle dos dados espaciais são expressos por metadados que permitem:

- (A) realizar os procedimentos para a aquisição dos dados;
- (B) apontar a melhor estrutura de dados para diferentes análises geográficas;
- (C) identificar informações sobre o conjunto, as características, a qualidade e o histórico dos dados;
- (D) elaborar indicadores ambientais específicos;
- (E) apresentar métodos que devem ser inseridos na manipulação dos dados.

57

Em SIG são diversas as operações espaciais entre camadas que empregam duas ou mais camadas de entrada e geram uma camada de saída. Considere duas camadas A e B que possuem feições em comum. A operação que tem a propriedade de compor uma camada de saída constituída por feições comuns entre as camadas A e B é denominada:

- (A) soma;
- (B) diferença;
- (C) interpolação;
- (D) interseção;
- (E) união.

58

De acordo com a Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014, que institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis, no que se refere à Estratégia e às Políticas de Mobilidade e Acessibilidade, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () O Município implementará políticas de desenvolvimento do transporte individual.
- () O Município implementará políticas de reestruturação da malha viária, incluindo as ações de melhoria de fluxos.
- () O Município implementará políticas de incremento da mobilidade com base na autopropulsão de pedestres e ciclistas.

A sequência correta é:

- (A) F-F-V;
- (B) V-V-F;
- (C) F-V-V;
- (D) F-V-F;
- (E) V-F-F.

59

Com relação à Lei Complementar nº 006, de 28 de agosto de 2000, que institui o Código de Obras e Edificações de Florianópolis e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir:

I - A Prefeitura licenciará e fiscalizará a execução, utilização e manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, responsabilizando-se por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências dos projetos, execução ou utilização.

II - As obras de construção, reconstrução, ampliação, reforma, transladação e demolição de qualquer edificação, ou alteração de uso, e ainda as obras de movimento de terra, como cortes, escavações e aterros, deve ter seu projeto aprovado e/ou licenciamento da obra pela Prefeitura.

III - Concluída a construção, modificação ou acréscimo, a edificação só poderá ser utilizada após a obtenção do habite-se junto à municipalidade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

60

A Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014, instituiu o Plano Diretor do Município de Florianópolis, dispondo sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão.

Segundo essa Lei, incluem-se nas Áreas de Preservação Ambiental (APA):

- (A) as praias, costões, promontórios, tómbolos, restingas em formação e ilhas;
- (B) as áreas de pouso de quaisquer aves;
- (C) os banhados artificiais e sua faixa marginal;
- (D) a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural;
- (E) a área de implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo.

Realização

